

## Adeus presidência

*A quarta presidência portuguesa da UE talvez não tenha tido um símbolo como o Tratado de Lisboa, mas teve sucesso e resultados concretos. A marca que deixa? O futuro da Europa o dirá.*

**Nuno Severiano Teixeira | Público | 30 de junho de 2021**

Termina hoje a presidência portuguesa da UE. As presidências são sempre uma oportunidade. Durante um semestre, os Estados-membros podem conduzir os destinos da União e, mais do que isso, projectar os interesses nacionais na agenda europeia. E os que melhor o conseguem são os que fazem coincidir a agenda europeia com os interesses nacionais. Ora, se isto é verdade em geral, é-o, por maioria de razão, para os Estados pequenos e médios, como Portugal, que têm um peso limitado na União e vêem o semestre da presidência como uma oportunidade única de o potenciar.

Em 35 anos de integração europeia, esta foi a quarta presidência. Em 1992, os grandes objectivos do Portugal recém-chegado eram a rentabilização interna das vantagens económicas da integração, em particular dos fundos estruturais, e a conquista das suas “credenciais europeias”. Ora, não só os conquistou, como conseguiu ainda um sucesso político na reforma da PAC. Em 2000, plenamente integrado e com a “Europa como prioridade das prioridades”, deixou a marca portuguesa na Estratégia de Lisboa e na liderança dos pequenos países na reforma institucional do Tratado de Nice. E, no plano internacional, na primeira cimeira UE-África. Em 2007, inscreveu o nome de Lisboa nos Tratados europeus. E, no plano internacional, conseguiu a segunda cimeira UE-África e a parceria UE-Brasil.

As presidências portuguesas evoluíram, pois, em três sentidos: de funções de organização e coordenação para funções de negociação e liderança, de um perfil administrativo para um perfil político e de prioridades domésticas para prioridades internacionais que deixaram na Europa a marca das relações históricas de Portugal. Sempre com sucesso. E a presidência que hoje termina? Essa decorreu num contexto europeu particularmente difícil. Primeiro, porque o Tratado de Lisboa reduziu as competências da presidência, em particular no plano internacional, onde o perfil português foi sempre alto. Depois, porque as relações interinstitucionais entre a Comissão e o Conselho não atravessam os melhores dias e o Parlamento Europeu, muito fragmentado, não facilita os consensos. Finalmente, porque as divergências entre os Estados-membros continuam nas áreas politicamente mais sensíveis. Mas, mais do que isso, porque decorreu num contexto global de pandemia que confrontou a Europa com a dependência estratégica de cadeias de valor internacionais, a quebra de solidariedade interna e a fragilidade dos instrumentos de gestão de uma crise pandémica.

Um tal contexto exigiu à presidência não só eficácia na gestão administrativa das mais de quatro mil reuniões e comités, muitas *online*, mas, sobretudo, uma enorme capacidade de negociação e liderança política. O mecanismo de recuperação e resiliência estava já aprovado na presidência alemã, mas coube a Portugal a sua implementação. E o semestre português conseguiu a ratificação parlamentar de todos os Estados-membros, o que permitiu à Comissão ir aos mercados e contrair o empréstimo. Na transição climática, aprovou a lei do clima e a reforma da PAC que tem ela própria uma dimensão de sustentabilidade. Na transição digital aprovou todos os programas orçamentais para a digitalização. No plano social, a cimeira do Porto juntou pela primeira vez instituições europeias, Estados-membros e parceiros sociais. Definiu e quantificou objectivos. Resta saber se os Estados cumprirão as metas a que se comprometeram.

No plano internacional, a cimeira UE-Índia marcou a importância do indo-pacífico para a Europa e a tentativa de reequilíbrio geopolítico entre a China e a Índia numa região que também é histórica para Portugal. Resta o dossiê polémico do Estado de direito, na ordem do dia por causa da lei húngara que discrimina a comunidade LGBTI. A lei húngara é má e a reacção europeia foi boa. Mas a pergunta é: porquê só agora, quando na Hungria o ataque à imprensa livre, à liberdade da Universidade, à independência dos tribunais e aos direitos das minorias tem mais de uma década? Portugal fez avançar os procedimentos por suspeita de violação dos valores europeus e anunciou que assinaria a carta de repúdio à lei húngara depois da presidência. Mas, para lá das presidências, a União tem que ir mais longe quando se trata de violação dos seus valores fundamentais.

A quarta presidência portuguesa talvez não tenha tido um símbolo como o Tratado de Lisboa, mas soube fazer coincidir o interesse nacional e o interesse europeu. Teve sucesso e resultados concretos. A marca que deixa? O futuro da Europa o dirá.

<https://www.publico.pt/2021/06/30/opiniao/opiniao/adeus-presidencia-1968442>